

PARA ONDE VAIS, AGORA?: ESPAÇO, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *CADERNO DE MEMORIAIS COLONIAIS*, DE ISABELA FIGUEIREDO

Walter Pinto de Oliveira Neto¹

RESUMO

Este artigo aborda o espaço, a memória e a identidade no romance *Cadernos de memoriais coloniais* (2009) da escritora portuguesa Isabela Figueiredo. O espaço é observado por meio da Geografia Humanista Cultural, que se vale do olhar fenomenológico para entender a relação do sujeito com o meio. Agregadas ao espaço, realçamos as categorias de memória e identidade, a fim de destacar como e por quê a narradora faz o exercício de recordar, isto é, de resgatar das esquinas da memória a relação contraditória dela com o pai, com a sociedade e com os acontecimentos históricos que vivenciara na infância e adolescência, formando assim uma identidade cindida. Para tratar dessas temáticas na obra literária, valemo-nos do método qualitativo bibliográfico, dialogando com Dardel (2011), Relph (2012) e Tuan (2013) na categoria de espaço; Ricoeur (2007), Braunstein (2009) e Pollak (1992) na de memória; e Hall (2015) e Guibernau (1997) na de identidade. Resultados da nossa pesquisa apontam para a constatação do forte teor crítico do romance em destaque, que, por meio da narradora e da narrativa, problematizam acerca da condição existencial do indivíduo contemporâneo.

Palavras-chave: *Caderno de memoriais coloniais*, Isabela Figueiredo, Espaço, Memória, Identidade.

¹ Graduação em Letras pela UEMA. Mestrando em Letras pela UFMA. Pesquisador do grupo de pesquisa TECER (UEMA) e POLIFONIA (UFMA). E-mail: walteroliveira16@outlook.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática do espaço, da memória e da identidade são nitidamente visíveis na obra *Caderno de memórias coloniais* (2009). As três se entrecruzam e até se confundem em linhas que, juntas, substancializam o romance com uma forte carga dramática, histórica, diegética, estética e reflexiva. Sem o espaço, por exemplo, não poderia o leitor se debruçar com a escala coletiva, que, segundo Marandola Jr. e Oliveira (2009), compreende as noções de imagem, imaginário, cultura, território e discurso. Sendo assim, como pensar Lourenço Marques/Moçambique no texto de Figueiredo sem a apreciação territorial, isto é, sem o sentimento de pertencimento que a narradora sente por África em detrimento da metrópole portuguesa? Como pensar *Caderno de memórias coloniais* sem as categorias de *espaciosidade e apinhamento*, *topofilia* e *topofobia*, *lugar* e *não-lugar*?

Pela mesma perspectiva, a memória está intrinsecamente ligada à noção de espaço, ainda mais no romance que nos compete. Nele, a narradora é uma mulher adulta que fala da sua infância. Isto é, se tomamos como referente hermenêutico a tripartição da memória que Paul Ricoeur (2007) faz de Santo Agostinho, poderíamos afirmar que a personagem/narradora parte do presente do presente para o presente do passado, numa interconexão incessante, em que se coloca em xeque não a validade ou não validade do discurso com relação à verdade, mas a maneira em que o discurso ilustra aquilo armazenado na memória, sempre limitada e por isso favorável a inventar e/ou transfigurar, de acordo com intenções subjetivas, o que nela guarda o sujeito (BRAUNSTEIN, 2009). Assim, em *Cadernos* a memória condiciona o espaço – e vice-versa –, uma vez que este não é *Um* espaço e sim *O* espaço, o espaço da narradora.

Já sobre a identidade, afirmamos que este eixo impossível de obviar nesta pesquisa. A narradora anda, escolhe, interroga-se, procura-se, foge-se e foge-lhe (ao pai), sonha-se etc, a fim de descobrir-se, isto é, de saber-se no tempo e no espaço. Por isso se pergunta nas últimas linhas da obra: “para onde vais? Para onde vais, agora?” (FIGUEIREDO, 2015, p. 114).

Paradoxalmente, o fim do texto representa o ponto de partida para nós, que, a seguir, exploraremos os três pontos previamente citados: espaço, memória e identidade, no intuito de apresentar algumas respostas e perguntas sobre o romance de Isabela Figueiredo, caracterizado por Vieira (2017) como uma fábula da dor. Tal dor nasce da luta da narradora

contra o pai, contra o eu e contra as nações em que vivera: Moçambique e Portugal.

A TERRA QUE NÃO ME PERTENCIA: O ESPAÇO

A narrativa inicia em Lourenço Marques, anos prévios e próximos à Revolução de 1974, que culminaria na dependência de Lourenço Marques, não mais chamada a partir de então como tal, mas de Moçambique. Uma vez conquistada a independência, Moçambique se torna um lugar hostil para os colonos, os homens brancos, pelo que a narradora – cujo nome não sabemos, mas, devido ao forte carácter autoficcional da obra (VIEIRA, 2017), assumimos que é a própria Isabela Figueiredo – é direcionada pelos pais a Portugal, onde correrá menos riscos de ser violentada e/ou assassinada pelos moçambicanos. Já na metrópole, a jovem perde o gosto pela vida. A cidade lhe parece inerte e os portugueses feios, hipócritas e hostis:

A metrópole era suja, feia, pálida, gelada. Os portugueses da metrópole eram pequeninos de ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros. Feios, cheios de cieiro, e pele de galinha, as extremidades do corpo reben-tadas de frio e excesso de toucinho com couves. Que triste gente! (FIGUEIREDO, 2015, p. 104).

A partir do exposto, é possível inferir que a narradora sente um profundo mal-estar com o local em que é obrigada a viver. Portugal lhe parece uma nação antagônica às suas pretensões existenciais; da mesma forma os portugueses, que não a querem na “sua” casa, que a odeiam por acreditarem que ela, na condição de Retornada, não merece viver os privilégios de morar na Europa. Essa inimizade com Portugal e portugueses, aliada à saudade pela pátria que considera sua, Moçambique, é o que faz que a percepção dela sobre a paisagem seja subjetiva e não objetiva. Dito de outra forma, Portugal, mais especificamente ainda Lisboa, poderia realmente não ser factualmente uma “metrópole suja, feia, pálida e gelada”, mas para ela o é devido às experiências dela nesse local.

É nesse sentido que a experiência se torna tão importante para a abordagem da Geografia Humanista Cultural, pois adota uma apreciação fenomenológica do mundo, que, em síntese, defende que “tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 3). A experiência do ser no mundo faz que este consiga “reencontrar os

fenômenos, a camada de experiência viva através da qual primeiramente o outro e as coisas nos são dados, o sistema ‘Eu – Outro – as coisas’ no estado nascente” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 90). O estado nascente ao qual Ponty se refere é o da sensação, o do fato, sendo impossível descobrir, portanto, o eu-mundo “de outra maneira senão a partir de sua ‘facticidade’” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 1).

Dardel (2011) segue a esfera de Ponty ao afirmar que o ser humano descobre a realidade do seu entorno de duas maneiras: por meio de uma *realidade geográfica* e/ou uma *realidade científica*. Enquanto a segunda aposta pelo escrutínio do mundo em negação à racionalidade empírica, a primeira aceita a subjetividade do ser, vogando pela recusa daquilo que “limita o ser vivo a seu meio natural” (DARDEL, 2011, p. 35). Assim, Portugal poderia parecer à protagonista de *Caderno de memoriais coloniais* uma nação espacial e humanamente juvenil, vigorosa e cálida, contudo, devido ao desenraizamento que sofre, causando ou ao menos potencializando uma sensação de exclusividade topofílica com seu país de origem e, portanto, com o berço da sua identidade, o que percebe e como percebe tudo quanto está ao seu redor é de carácter negativo.

Nesse sentido, a protagonista lamenta não conseguir enraizar-se à sua nova “casa”, sentindo, devido a isso, uma profunda vontade de voltar às raízes. De acordo com Relph (2012), o lugar “é muitas vezes entendido como o onde se tem nossas raízes, o que sugere uma profunda associação e pertencimento, mas também imobilidade. [...]”, pelo que é preciso se pensar a abertura de tal categoria a partir da “[...] a noção de raízes precisa se reconsiderada: que lugares podem se reproduzir por tubérculos que são invisíveis ainda que conectados a uma fonte original [...] podemos ter raízes simultaneamente em vários locais diferentes, mantendo todos conectados” (RELPH, 2012, p. 24).

A noção de raiz defendida por Relph não é atingida pela narradora e nem por seu pai – que volta a Portugal somente dez anos depois da filha –, ambos perdidos e humilhados em solo português. Essa nação não os acolhe pela condição de Retornados, que, na época, “era um estigma: era ser pobre, era ser um explorador de negros que agora, por justiça, tudo perdera. Era ser meio africano. Definitivamente, era ser ‘português de segunda’” (VIEIRA, 2017, p. 61).

A partir disso, podemos constatar que os portugueses nutriam um forte sentimento de *Exclusão* para com os Retornados. De acordo com Relph (2012), esse sentimento de que a “manifestação de forte apego a lugar é uma atitude exclusivista – este é o meu lugar e você é diferente

(por causa da renda, raça, crença, política, gênero), então fique fora daqui” (RELPH, 2012, p. 26). Tal atitude ilustra que o conceito de “lugar pode ter um lado muito feio” (RELPH, 2012, p. 26), pois realça aspectos repulsivos da alma humana. Quando esses aspectos transmutam a noção experiencial do lugar, então temos um *sentido contaminado de lugar*, que é “baseado no enraizamento e na convicção de que este é meu lar, manifestando-se como uma visão preconceituosa” (RELPH, 2012, p. 26).

O *sentido contaminado de lugar* é visível também no pai sobre Moçambique. O progenitor é o personagem de maior destaque no romance. Ele transtorna o mundo da narradora, influencia-a até nos mais pequenos detalhes, chegando até mesmo a fazê-la senti-lo como um lar, isto é, o lugar no qual nos sentimos seguros, onde pertencemos (RELPH, 2012): “Lembro-me do cheiro a suor do seu pescoço. Suor de homem. Denso. Da massa enorme que era o seu corpo, tão segura, tão certa. Sentar-me ao seu lado, ao seu colo, às suas cavalitas. O corpo do meu pai era um trono. O corpo do meu pai era bom” (FIGUEIREDO, 2015, p. 109).

Todavia, o fato de poder brincar e explanar-se no corpo do pai remete à ideia de liberdade e felicidade, pois, nesse aglomerado de formas poderosas e viris, sente-se protegida “de todos os medos irracionais” (FIGUEIREDO, 2015, p. 72). Assim, ao desaparecerem os medos, a percepção espacial que ela tem quando está com ele é modificada, chegando, por isso, a visualizar e, principalmente, a sentir o mundo circundante como livre, aberto ao movimento e às possibilidades ontológicas: eis o sentido de *espaciosidade* (TUAN, 2013).

Entretanto, a relação com o pai não está formada somente por momentos e percepções positivas, dado que, segundo a narradora, “não houve nenhum homem capaz de me resgatar como ele, de me quebrar, de me dar vida só por existir” (FIGUEIREDO, 2015, 72). Em realidade, a relação dela com o pai, assim como o sentimento que por ele prolifera, é ambígua. Em momentos o ama, em outros o odeia como a nenhum outro ser humano; em algumas situações ele a faz a mulher mais feliz do universo, mas, a seguir, afunda-a na mais profunda tristeza.

Outro viés importante de analisar faz menção ao conceito de *espaço geográfico*, o qual é “feito de espaços diferenciados. O relevo, o céu, a flora, a mão do homem dão a cada lugar uma singularidade em seu aspecto. [...] tem um horizonte, uma modelagem, cor, densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e resiste” (DARDEL, 2011, p. 2). Esse conceito remete a outro, também de Dardel – e chave dentro dos estudos da GHC –, o da *geograficidade*, que, em palavras de

Marandola Jr. e Oliveira (2009, p. 494), diz respeito aos “laços de complicidade que o homem estabelece com o meio, trazendo para o campo de interesse do geógrafo a afetividade, os sentimentos, a emoção e o complexo sistema de significações que o conhecimento intuitivo e perceptivo implica”. Se tais laços afetivos não se consolidam entre a narradora e Portugal, o oposto acontece entre ela e Lourenço Marques: “Acho que nunca fui tão feliz como nesses momentos em que me pegava pela mão e caminhava comigo pelas ruas de Lourenço. Todos os meus sentidos des-pertavam nesses fins-de-tarde” (FIGUEIREDO, 2015, p. 72).

Assim sendo, o elo topofílico é o que favorece a dor pela partida forçada do lar, que se explica da seguinte maneira. Lourenço Marques vive uma guerra civil cuja resolução se encaminha à vitória dos moçambicanos. Após décadas de repreensão dos homens brancos sobre os sujeitos negros, estes decidem vingar-se quando percebem que o sistema de poder agora os favorece. Com medo da morte, muitos colonos partem para Portugal, onde, apesar do preconceito para com eles, os Retornados, sentem-se fisicamente seguros. Essa circunstância hostil obriga aos pais da protagonista a destinarem-na a Portugal, à casa da avó paterna, em Lisboa. A jovem, contudo, antes da viagem, entre a tristeza pelo adeus à terra natal e o orgulho por haver nascido num local tão essencialmente bondoso com ela, colhe pelos sentidos as últimas informações de Moçambique, expressando novamente uma relação topofílica com sua nação: “Atravessava os lugares conhecidos, e sabia que era a última vez. [...] Não valia a pena fixar uma imagem. Tudo se extinguiria depressa. Não voltaria a esse lugar, que sendo a minha terra, não me pertencia” (FIGUEIREDO, 2015, p. 77).

A última linha do texto supracitado, “[...] sendo a minha terra, não me pertencia”, manifesta um sentimento fragmentário que a moça sente durante todo seu percurso existencial, principalmente quando se afasta das camadas de idade mais tenras e se adentra no mundo adulto; mundo que, graças às experiências familiares, literárias, sociais e pessoais, constroem uma identidade posicionada entre dois mundos.

Tais mundos em combate fazem germinar um terceiro mundo íntimo e caótico, que tenta se solidificar por meio do reduto da escrita. A escrita, como diz Derrida (2005), é um *phármakon*, um remédio, uma matéria paradoxal que pendula do benéfico ao prejudicial, atrai fantasmas dos recônditos da memória, mas somente para enfrentá-los e assim exterminá-los ou, ao menos, empequenecer sua coerção. Dessa forma, não é coincidência que a protagonista sinta que trai o pai quando expressa no

seu caderno as memórias dele e as memórias dela com ele, ao mesmo tempo em que tem outra convicção, a de ser-lhe fiel, a de honrar quem realmente foi.

Esse movimento de escavação memorial, por sua vez, pretende juntar cacos dispersos no íntimo, a fim de reestruturar – e não juntar – uma identidade cindida, como diz Vieira (2017), por uma série de conflitos que apresentaremos no próximo tópico deste trabalho.

A MENSAGEM DE QUE FUI PORTADORA: MEMÓRIA E IDENTIDADE

Sobre a relação com o pai, a nosso ver, a narradora quer, antes de tudo, antes da culpa, do flagelo, da autoconstituição, perdoar o pai. Este é uma grande rocha situada no horizonte mais próximo da memória, que precisa ser demolida pelo indulto, para que o eu do presente consiga, como falamos anteriormente, reestruturar-se. Por esse motivo recorda e recorda-o da maneira mais fidedigna possível, uma vez que, nesse diálogo entre o eu do presente, quem escreve, e o eu do passado, quem é recordado, encontramos o diálogo, embate e finalmente absolvição entre ambas as partes, pai e filha.

A partir do exposto é importante inferir que a memória não consegue ser passiva. Ela está em constante expansão, articula-se desde distintos ângulos, procurando, a partir do eu, o outro. Esforça-se para traçar conexões que ajudem a preencher os espaços vazios da mente, rechaçando, por isso, qualquer associação que pareça fruto da espontaneidade. Ricoeur (2007) distingue ambos os objetivos, o do esforço e o da passividade, a partir de dois conceitos: o da *lembrança* e o da *recordação*. Enquanto a *recordação* se refere ao fator ativo, de busca da memória, a *lembrança* “sobrevém à maneira de uma afecção, [...] sob o império do agente da impressão” (RICOEUR, 2007, p. 37).

O que presenciamos em *Cadernos* é o trabalho por parte da narradora de resgatar o passado e não simplesmente de deixá-lo vir. Não se conforma com contar à maneira de uma porta-voz da memória, mas medita o que expõe, para com isso chegar à verdade própria. É por isso que a escrita, indissociável da memória (DERRIDA, 2005), é tão importante para chegar ao estado de *parresia*, que, segundo Foucault, é “uma experiência e uma espécie de pedra de toque: revelando os movimentos do pensamento [...] [que] dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo” (FOUCAULT, 1992, p. 145).

Continuando. Os três embates temáticos da narradora, todos interconectados, como já mencionamos anteriormente, são: contra o pai, contra a sociedade e contra si. O do pai já o relevamos e o retomaremos mais adiante, pelo que nos deteremos, neste instante, no que a jovem tem com a sociedade.

A protagonista, filha de um pai branco, racista, rico, machista, sexista e elitista, reproduz o discurso deste, assumindo-o com naturalidade. Sobre os negros, por exemplo, ao menos nos primeiros capítulos, em que ela tem de 7 a 8 anos de idade, aproximadamente, e, portanto, uma capacidade crítica reduzida, disserta o seguinte: “O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde. Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto” (FIGUEIREDO, 2015, p. 29). E segue: “Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Havia sempre muitos pretos, todos à partida preguiçosos, burros e incapazes a pedir trabalho, a fazer o que lhes ordenássemos sem levantar os olhos” (FIGUEIREDO, 2015, p. 30).

A partir dessas definições, afirmamos a ordem hierárquica que lhe viera discursivamente de nascença até os momentos iniciais da adolescência. Não obstante, a personagem consegue desmembrar-se paulatinamente dos valores do pai. A aurora da nova epistemologia, antagônica à do progenitor, acontece graças à leitura, que a faz dar os primeiros passos rumo àquele eu que escreve o diário, ou seja, o eu-crítico. Assim conta sua epifania: “Não percebia como tinha acontecido, mas sabia ler. Esse milagre de ler, essa magia tão rápida no meu cérebro, como se alguém movesse uma varinha à distância ou soletrasse palavras misteriosas, desenfeitiçaram-me” (FIGUEIREDO, 2015, p. 56).

Com esse novo fator consegue perceber melhor o que realmente acontece ao seu redor e o peso que ela carrega nas costas por conseguir discernir por si própria os eventos dentro e fora da esfera familiar. Os acontecimentos de fora, os sociais, são expressados por um eu que tem que recorrer necessariamente a um outro para situá-lo dentro da narrativa e o mais próximo possível à factualidade. Dito de outra forma, a narradora precisa depositar no seu discurso o discurso de outrem, com a finalidade de tratar do social no seu macroaspecto, impedindo que a suposta e limitada fidelidade da narrativa se assemelhe, dentro do possível, ao que realmente aconteceu.

Bom exemplo do referido podemos encontrar num episódio em que a polícia interroga um homem branco que matara um preto, sem

intencões, contudo, de condená-lo pelo crime, muito pelo contrário. O único propósito da polícia é alertar ao assassino, avisando que, na próxima ocasião em que pretenda fazer alguma ação semelhante, faça-a com mais cuidado, pois, nas palavras da narradora, matar um preto “começou a dar chatice” (FIGUEIREDO, 2015, p. 61). Desta forma conta o episódio:

“Eu não, agente Pacheco, era noite, não havia luzes na picada, o gajo ia bêbado, e atirou-se-me para cima da carinha, o que é que você queria que eu fizesse?!” [...] “Vou fechar os olhos desta vez, mas veja se não se repete, ó Rebelo, que agora temos ordens da metrópole...”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 60).

É pouco provável que ela tivera ouvido esse diálogo, e mesmo que assim fosse, não nos conta no romance nada sobre o tal de Pacheco, a não ser no diálogo supracitado com os policiais. O que sim podemos afirmar é que o teor memorial do texto se perde no jogo das intencões, locutores e agentes; quer dizer, não se perde, simplesmente assume o carácter ficcional que possui (BRAUNSTEIN, 2009).

Esse carácter ficcional se dá porque o sujeito confunde quais das suas memórias são individuais e quais as coletivas, ou, como diria Pollak (1992), quais dos acontecimentos foram vividos e quais dos acontecimentos foram *vividos por tabela*. Sobre os últimos, diz o pesquisador sobre eles que são “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário [...] é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p. 202).

Acontecimentos vividos por tabela são frequentes na obra, sendo o momento em que a narradora descobre a revolução do povo moçambicano um dos mais nítidos: “soube do 25 de Abril a 26. Contaram ao meu pai, ao final da tarde, estando nós na praceta projectada à avenida Latino Coelho, em Lourenço Marques. Sei que estávamos na praceta [...]” (FIGUEIREDO, 2015, p. 68). Como tal lembrança é imprecisa por ser de tabela, é possível vislumbrar-se certa dificuldade por parte da narradora em recordar os detalhes daquela experiência: “**Talvez** tivéssemos ido visitar alguém. **Talvez** o meu padrinho Joaquim [...]” (FIGUEIREDO, 2015, p. 68, grifo nosso).

Para Machado (2014), as marcas linguísticas das *narrativas de vida*, ou seja, as narrativas com um forte teor confessional, servem à pretensão de humanizar o narrador, trazendo para o seu discurso traços textuais que o aproximam do real, do cotidiano. Assim, o que pretendem as narrativas

de vida é diluir as fronteiras entre a ficção e o factual, de modo que quem fala/escreve leva ao ouvinte/leitor à ideia de que o está contando pode não ter acontecido do jeito que se está contando, mas que indubitavelmente aconteceu, pois não esconde o narrador sua fraqueza mnemónica e sim a explora, trazendo-a ao texto. É o caso de muitas obras contemporâneas, sendo *Cadernos* uma delas.

Nesse viés, é relevante frisar que a humanização de si e do pai se dá por não podê-lo ter feito ela no passado, quando criança. Por isso que ela recorre, no presente, ao presente do passado, que constitui, segundo Agostinho, a memória (RICOEUR, 2007), a fim de entregar ao pai a mensagem redentora que em vida não pudera lhe entregar. Da seguinte maneira, no dia da morte dele, conta-o, já adulta: “em silêncio, mas num silêncio ainda mais fundo, porque afinal já era uma mulher, voltei a chorar o que perdia e haveria de pagar. A dívida alheia que me caberia. Nunca entreguei a mensagem de que fui portadora” (FIGUEIREDO, 2015, p. 95).

E de que mensagem é ela portadora? O da culpa? O da saudade? O do perdão? Tudo isso junto e mais um pouco. Não obstante, para definir o que sente pelo pai e à raiz disso perdoá-lo, necessita, antes de tudo, organizar seus pensamentos, decidir quem é. Ora, *Cadernos* é, também, um romance de quem vai à procura de si, com a intenção de constituir um eu que, depois de roto na tempestade, reconstrói-se nas ruínas. Esse processo de reconstrução, contudo, não é fácil. Leva a entender que nem sempre as respostas se encontram em pontos de chegada, mas nas metades dos caminhos, nos entrelugares.

Os entrelugares em que a narradora se encontra constituem para ela uma série de crises que não chega a entender enquanto criança. Por um lado, sente-se branca, filha do seu pai, aliada dos colonizadores; por outro, associa-se constantemente ao sujeito negro, considerando-se, por isso, também negra, mesmo que sua cor de pele não afirme isso. Essa aparente contradição é manifestada quando pratica a colheita de mangas – prática associada aos trabalhadores negros – do seu quintal, para logo a seguir vendê-las aos negros por um baixo preço. Ela não o faz para ganhar dinheiro e sim para autoafirmar que não é meramente uma menina branca e loira, mas uma menina branca e loira e negra: “Uma branca não vendia mangas no chão, à porta. Mas eu era uma colonazinha preta, filha de brancos. Uma negrinha loira”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 37).

Mesmo assim, pai, mãe e negros a impedem de escolher sua identidade. Para o pai e mãe ela é branca e herdeira dos valores da família; para os negros, especificamente os que trabalham na sua fazenda, ela é

filha do homem que tiranamente os manda. Assim, forma-se uma crise entre o que ela quer ser e o que os outros determinam o que ela seja (no caso dos negros) e o que ela há de ser (no caso da família). Desse colapso que germina a identidade em crise do sujeito pós-moderno, que, segundo Hall (2015), é obrigado a traduzir-se, isto é, a reinventar uma identidade isenta de bases sólidas, que, devido à ruptura de fronteiras globais, obriga ao sujeito reinventar-se de acordo com as experiências, incitando-o, portanto, “a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural ‘perdida’ ou de absolutismo étnico” (HALL, 2015, p. 52).

Quando pequena, a narradora não compreende que não é nem uma coisa nem outra, tudo para ela são extremos que pode tocar ao seu bel-prazer. Esquece que ela, na condição de menina branca e loira que usufrui das vantagens que Moçambique oferta às meninas brancas e loiras, não pode jamais chegar a sentir o que as pessoas negras do seu entorno sentem. Entretanto, já crescida, entende que ela não pertence nem ao mundo do seu pai e nem ao mundo dos trabalhadores negros da sua fazenda, e sim ao mundo dos privilegiados que utilizam das suas vantagens econômico-sociais que podem e querem voltar ao passado para contá-lo, por mais que doa; dado que sem recordação, sem memória, não há como construir o futuro que os vencidos quiseram para seus descendentes.

PRECISAMOS DE TEMPO PARA COMPREENDER: CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho fizemos algumas perguntas. Primeiro: para que pesquisar literatura? Será que não há melhores formas de tentar transformar o mundo senão por meio do canal da ficção? Será que falar de espaço, memória e identidade não seria melhor sem a interposição do texto literário como hipotética forma de ilustrar categorias conceituais? Como pesquisadores da literatura que somos por vontade própria, preferimos acreditar que sim; e gostaríamos de acreditar que sim, pois pensamos que a literatura tem um *ethos* próprio, que consegue, sem a modelação racional do conceito, transmitir as ressonâncias críticas do conceito, sublimando o estético em detrimento da ideia pura. Do plano estético que se chega à ideia, mas à ideia orgânica que vai e volta da vida, numa viagem cíclica que se perde intencionalmente no caminho da

ficção, aliada por vezes à realidade, mas que acaba desdenhando-a na sua forma lógica.

A segunda pergunta que nos fizemos foi a da escolha das ferramentas para analisar o texto. Optamos pelo espaço, pela memória e identidade, visualizando a partir delas uma série de elementos que talvez não teríamos descoberto com outras categorias conceituais.

Com relação ao espaço, notamos que *Cadernos* apresenta uma relação fenomenológica da narradora com Moçambique e Portugal. Enquanto ela se sente topofilicamente atraída ao seu país de origem, com Portugal a percepção é oposta por duas razões. Primeiro pela diferença drástica de cultura existente entre ambos os países, e depois pela rejeição dos portugueses para com os Retornados.

Nesse sentido – e nos outros que apresentamos previamente – que o espaço se consolida na narrativa. Não mais como pano de fundo, como prevalecia no início do romance moderno, mas “como recurso narrativo, sendo tão entranhado à trama quanto os demais elementos” (MARANDOLA JR. e OLIVEIRA, 2009, p. 489).

A memória e a identidade também nos trouxeram algumas respostas evidenciadas em dois planos: no estético e no da narrativa. Sobre o primeiro, realçamos o conceito de *narrativa de vida* de Machado (2014) e o elencamos aos estudos fenomenológicos da memória de Ricoeur (2007) e psicanálise de Braunstein (2009), na tentativa de mostrar que a memória do indivíduo é limitada e mesmo assim ele se nega a aceitá-lo. Da negação da sua insuficiência que o sujeito resgata do discurso e memória de outrem que poderia ter acontecido, num exercício de ficcionalização da realidade (BRAUNSTEIN, 2009).

Nessa ficcionalização chegamos ao segundo plano, o da narrativa, onde encontramos uma visão subjetiva das experiências íntimas, sociais e históricas da autora que, uma vez distante temporalmente do seu eu do passado, encontra no eu do presente uma dívida com o pai, pois precisa perdoá-lo e perdoar-se por havê-lo traído contando sua história, a fim de continuar com sua existência, sem que os fantasmas do passado a assombrem; e assim voltar a amar e amar-se: “precisamos de tempo para compreender. Para matar. Para poder olhá-los de novo na cara com o mesmo amor. Para perdoar” (FIGUEIREDO, 2015, p. 74).

Não obstante, o caminho para o perdão é árduo. O sujeito precisa, antes, desconstruir-se, olhar obliquamente para si e depois reestruturar-se. Uma vez reestruturado, iniciar um novo percurso existencial que o afirme num mundo em que está presente, ajudando a transfigurá-lo

a melhor. Dessa forma, o processo inicia no eu, na identidade, que é somente minha, para, a seguir, expandir-se fora da consciência. Por isso a importância de procurar essa identidade que só se forma existencialmente, dado que ela cumpre três funções principais: “ajuda a fazer escolhas, torna possíveis as relações com os outros, confere força e capacidade de adaptação” (GUIBERNAU, 1997, p. 83). As três funções são presenciadas na narradora, a qual, uma vez encontra a aurora da sua identidade, depara-se com a possibilidade de escrever, e escrevendo no seu caderno, no seu caderno de memoriais coloniais, transforma o mundo, agora não mais apreensível na voz dos vencedores.

REFERÊNCIAS

BRAUNSTEIN, Néstor A. **Memoria y espanto O el recuerdo de infancia**. México: SIGLO XXI, 2009.

DARDEL, Eric. O espaço geográfico. In: **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. (E-book) Alfragide – Portugal: Editarial Caminho, 2015.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Trad. Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens. 1992.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MACHADO, Ida Lucia. O prefácio visto como uma prática discursiva em que diferentes vidas e obras se entrecruzam. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 3, n. 43, p. 1129-1139, 2014. Disponível em: encurtador.com.br/quzKN. Acesso em: 25 mai. 2021.

MARANDOLA JR., Eduardo; OLIVEIRA, Lívia de. Geograficidade e especialidade na literatura. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 34, p. 487-508, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/pFP08. Acesso em: 3 mar. 2021.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, v. 5, n.10. Trad. Monique Augras. Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

VIEIRA, Luciana Guirland. **Entre colonos e colonizados**: identidade cingida em *Caderno de memórias coloniais*. Dissertação (Mestrado em Teoria da literatura) - Programa de Pós-Graduação da Escola de Humanidades – Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, 78 f.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina, PR: EDUEL, 2013.